

Sistema contra a igualdade

MARTINO MAZZONIS
ALESSANDRO MESSINA
SILVIA STILLI

RAFFAELLA BOLINI
SOANA TORTORA
FRANCESCO PETRELLI

MARCO ZUPI
MARINA PONTI
SABINA SINISCALCHI



Para melhorar a eficiência econômica e organizacional, a maioria das agências que fornecem bens e serviços públicos foi privatizada. Na ausência de diretrizes claras estabelecendo critérios e restrições para o poder discricionário dos governos locais, essa reforma irá reduzir a unidade e a coerência das opções políticas nas regiões, aumentando potencialmente as disparidades inter-regionais num país onde já são enormes os desequilíbrios regionais – tanto econômicos quanto sociais.

Um dos efeitos da globalização é o enfraquecimento do papel do Estado como o agente que garante os direitos universais e redistribui a riqueza. Na Itália, como em outros países, a maioria das agências que fornece bens e serviços públicos foi privatizada para aumentar a eficiência econômica e organizacional. (No entanto, qualquer pessoa que tenha lido Dilbert sabe que empresas suficientemente grandes para gerir serviços públicos são pelo menos tão lentas e desajeitadas quanto a burocracia pública).

Além disso, a Itália, que já está perto do ponto inferior da escala européia em termos de gastos públicos com Educação, Meio Ambiente e Desemprego, passa por um processo de redução de receitas fiscais. O processo favorece principalmente as classes mais altas¹ e foi iniciado pelo governo de centro-esquerda, com as mudanças das alíquotas de impostos sobre os rendimentos da pessoa física. A polarização econômica e social está aumentando, num país onde, de acordo com Banco Central, 10% da população detinha 46% da riqueza em 1998.

Parece que as políticas implementadas durante os primeiros meses do novo governo de centro-direita estão exacerbando essa tendência. Desde o terceiro trimestre de 2001, a Itália se tornou o único país da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) que não tem impostos sobre herança ou sobre doações beneficentes. Também anunciou que será o primeiro país a abolir o princípio da tributação progressiva, com a perspectiva de ter somente duas alíquotas de impostos, muito similares.

O federalismo e a *subsidiariedade* são os princípios centrais do processo, recentemente acelerado, de transferência de poder da esfera central para a local. Trata-se de uma interpretação extrema e ideológica desses princípios. O poder público está retrocedendo e espera-se que a sociedade e o mercado se organizem. O Estado interviria somente onde existisse uma necessidade real. Porém, quem decide isso?

No ano passado, foram tomadas decisões políticas, com base no princípio da *subsidiariedade*, para reformar a Constituição e dar mais poder às regiões. No entanto, não foram estabelecidas diretrizes claras para os critérios e restrições ao poder discricionário dos governos locais. Assim, a homogeneidade territorial dos serviços, seu desempenho e os direitos não estão mais garantidos. Essa reforma irá reduzir a unidade e a coerência das opções políticas nas regiões. Potencialmente, irá aumentar, e não reduzir, as disparidades inter-regionais, num país onde os desequilíbrios sociais e econômicos entre as regiões já são enormes.

Tudo indica que a igualdade – seja ela territorial, entre gerações ou de qualquer outro tipo – não é um dos pilares que sustentam a política governamental italiana. Ao contrário, o governo tirou vantagem do caos midiático – que acompanhou os eventos de 11 de setembro e a concentração da atenção na eliminação do terrorismo – para tomar um caminho específico. Aumentar os privilégios de uma minoria, infringir direitos consolidados no século passado (trabalhistas, habitacionais e de seguridade social) e reduzir os serviços públicos.

O governo fez uma tentativa séria, embora desajeitada, de dismantlar as instituições que têm o maior papel na proteção à população, como o sistema jurídico e a participação italiana na União Européia. Ao mesmo tempo, ainda não foi resolvido o grave conflito de interesse do atual primeiro-ministro, entre seu papel de governante e sua imensa fortuna e suas propriedades nos setores de Comunicação, Cultura, Finanças e Indústria.

Caridade em vez de direitos

O sistema de benefícios sociais na Itália precisa de muitas mudanças. A prova disso está nos dados sobre a pobreza (palavra que voltou tristemente à moda outra vez nos últimos dez anos): 11,9% das famílias (13% da população), num total aproximado de 8 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza relativa e 950 mil famílias, na pobreza absoluta. Um terço das famílias

1 "A situação do país no ano 2000". Istat, relatório anual.

pobres são constituídas de trabalhadores e trabalhadoras pobres e 70% continuam pobres depois de dois anos. Entretanto, a Itália é o único país europeu que não tem garantia de renda mínima. Uma proposta para pôr em prática uma *Renda Inicial Mínima* foi debatida e considerada eficaz pelos ministros competentes. Porém, parece não ter futuro por causa de *falta de recursos*.

A taxa de desemprego das mulheres é 50% mais alta do que a média europeia. A Itália está em 14º lugar em relação a mulheres com diploma universitário e, à exceção da Espanha e da República Tcheca, as mulheres italianas ganham o salário mais baixo da Europa – em média 1/3 do que ganham os homens. A juventude italiana é a última a sair de casa, a última a entrar no mercado de trabalho e a que tem menos diplomas.

Os benefícios sociais, voltados para a população em geral, por exemplo, seguridade social, assistência médica e educação; e aqueles específicos para a proteção de grupos vulneráveis (refugiados, prostitutas, sem-teto, vítimas da Aids e dependentes químicos) estão sofrendo cortes profundos. Enquanto isso, o Estado está abandonando seu papel inicial de garantir os direitos.

Esse processo está sendo implementado com um aumento de financiamento ao setor privado, para que este forneça os serviços sociais. Significa que no lugar de fornecer diretamente os serviços sociais, o governo estimula as famílias a adquirir serviços do setor privado, com isenções fiscais. Como consequência, somente as famílias mais ricas (com poder de compra) têm acesso aos mecanismos dos benefícios sociais. Cada vez mais, as famílias mais pobres estão excluídas desses benefícios, exceto daqueles que são oferecidos sob forma de caridade.

Com a reforma do sistema de benefícios sociais, a Itália renuncia à construção de um Estado social, capaz de garantir oportunidades a sua população. Ao contrário, escolhe um modelo de benefícios sociais similar àquele do início do século XX, baseado na caridade das pessoas ricas, que são protegidas pelo Estado.

É preciso registrar o papel fundamental desempenhado pelo Terceiro Setor na gestão e oferta de serviços sociais. Nos últimos anos, as ONGs tornaram-se os principais provedores de serviços sociais à administração pública. Houve resultados positivos, devido à motivação, conhecimento local e experiência com grupos vulneráveis dessas organizações. Entretanto, o sistema tem gerado contradições. Nesses *mercados de assistência social*, existe um sério risco de exploração das organizações do Terceiro Setor (com ou sem fins lucrativos) para diminuir custos. A situação não favorece a implementação de direitos fundamentais universais, que deve ser a prioridade das políticas sociais.

Meio ambiente em último

Avaliando-se as políticas ambientalistas italianas para 2002, não restam dúvidas de que os aspectos negativos superam os positivos. Os gastos com o meio ambiente estão entre os mais baixos da Europa e é o mais baixo da União Europeia (UE). Em 2000, 0,2% do PIB foi gasto com o setor, comparado com a média da UE de 0,6%, com picos que atingem 1,5%. A Polônia, que está fora da UE, alocou 0,9%.

Um olhar sobre o modelo italiano de transporte de pessoas e produtos não melhora esse quadro. A Itália detém o recorde europeu de carros em circulação *per capita* (0,54 na Itália, comparado com 0,45 na UE e 0,34 na Dinamarca). Sessenta por cento dos produtos e 80% das pessoas são transportados por via rodoviária. O número de passageiros/as de trem e a cobertura de vias férreas estão diminuindo, enquanto cresce o número de rodovias. É a expansão de um modelo de consumo equivocado, atrasado e perigoso para o meio ambiente. Não é surpreendente que nas cidades italianas esteja reservado para pedestres somente 0,15 m por pessoa.

É difícil ser otimista sobre o futuro. O atual governo aprovou um plano decenal para investir 50 bilhões de euros na infraestrutura rodoviária, enquanto os únicos planos de investimento para as estradas de ferro estão concentrados em trens de alta velocidade, em rotas já bem servidas. Os trens de alta tecnologia vão servir a áreas abastadas, enquanto permanece difícil o acesso a algumas cidades e regiões importantes.

Mas não é tudo. Muitas restrições à obtenção de licença de construção foram eliminadas, isso em um país onde o respeito aos códigos de construção nunca foi assegurado – 15% das construções realizadas em 1999 eram ilegais.

Outro exemplo do recuo do Estado em relação ao setor público (e o que há de mais público do que o meio ambiente?) está na área do manejo de resíduos – considerada de interesse especial pelo crime organizado (estima-se que os rendimentos alcancem 3 bilhões de euros anuais, graças a resíduos tóxicos e depósitos ilegais).

Apesar do desaparecimento anual de 12 a 30 milhões de toneladas de resíduos, o governo suprimiu as inspeções de sua produção. Isso torna mais difícil a ação penal contra crimes ambientais, aproximadamente 30 mil por ano, e a implementação de políticas eficazes de disposição dos resíduos.

A Itália não é um país generoso. Não possui uma política de cooperação altamente desenvolvida e não cumpriu seus compromissos – assumidos na ONU em 1969, de alocar 0,7% do PNB à cooperação para o desenvolvimento. No lugar disso, destinou somente 0,13%, o valor mais baixo na União Europeia.

No entanto, o país torna-se muito generoso em financiar companhias que investem no exterior e competem nos mercados internacionais. O governo, supostamente não-intervencionista, concedeu 5 bilhões de euros em créditos para exportações no ano passado. O investimento de capital no exterior totaliza 30 bilhões de euros, com o restante vindo da indústria italiana.

Em troca, nenhuma restrição é imposta às empresas italianas e estas optam por investir em represas, gasodutos e outros projetos cujo impacto ambiental e social nunca é mensurado. A prioridade é exportar bens e mão-de-obra italiana, sem que seja dada qualquer importância à criação de um contexto de desenvolvimento sustentável.

A política exterior italiana tem outros componentes: guerra e ajuda humanitária. As despesas militares vêm crescendo desde 1999. Fundos adicionais que não tinham sido alocados

para a defesa são utilizados em operações militares e intervenções militares humanitárias.

Os Balcãs são um exemplo óbvio. Numa região tão próxima à Itália, onde os interesses estratégicos superam o senso de solidariedade, os gastos em dois meses de intervenção militar (1999) foram três vezes maiores do que as despesas com a ajuda humanitária, de 1999 até hoje.

Graças em grande parte à mobilização da sociedade civil, a Itália se destacou em seu compromisso com o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres em 1999. Porém, dois anos depois, nada foi feito de concreto sobre a questão. Ao contrário, o novo governo diminuiu o ritmo das negociações com os países devedores; excluiu países de renda média (como a Argentina, que atualmente passa por uma tremenda crise) do grupo de Estados beneficiados; e tem limitado de diversas maneiras a aplicação efetiva da lei. ■

Sbilanciamoci
Arci
Acli
Movimondo
Cespi
Mani Tese
<ponti@manitese.it>